

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União – Sintético

Fevereiro de 2017

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS DA UNIÃO

Renato Pontes Dias

COORDENADORA DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO

Bárbara Verônica Dias Magero Viana

GERENTE

Tiago Maranhão Barreto Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Diego Rodrigo Lopes Batista da Rocha

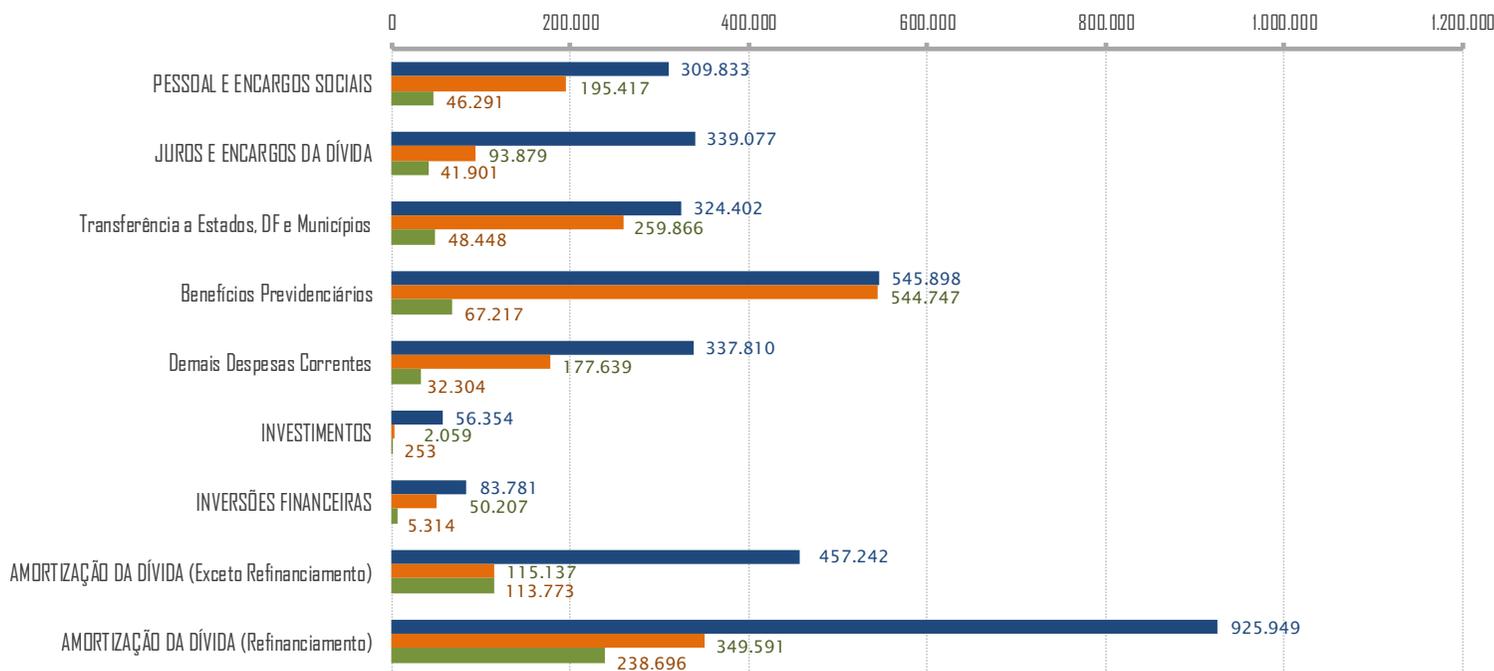
Henrique Guilherme do Amaral Santos

Rubem Mateus de Arruda Ziegler

Sandro Alex Bezerra Vieira

O Balanço Orçamentário, sintetizado no gráfico abaixo, fornece uma visão geral da execução orçamentária, demonstrando os valores autorizados pelo orçamento, as despesas empenhadas e as liquidadas, segundo a classificação por grupos de natureza de despesa.

Dotação Atualizada	3.415.466
Empenhado	1.788.542
Liquidado	616.199
Pago	594.197



Dotação Atualizada

Representa a autorização total concedida pela Lei Orçamentária e pelos Créditos Adicionais.

Empenhado

Valores do orçamento que já foram comprometidos com determinado gasto, ou seja, que já passaram pela primeira fase da execução orçamentária da despesa.

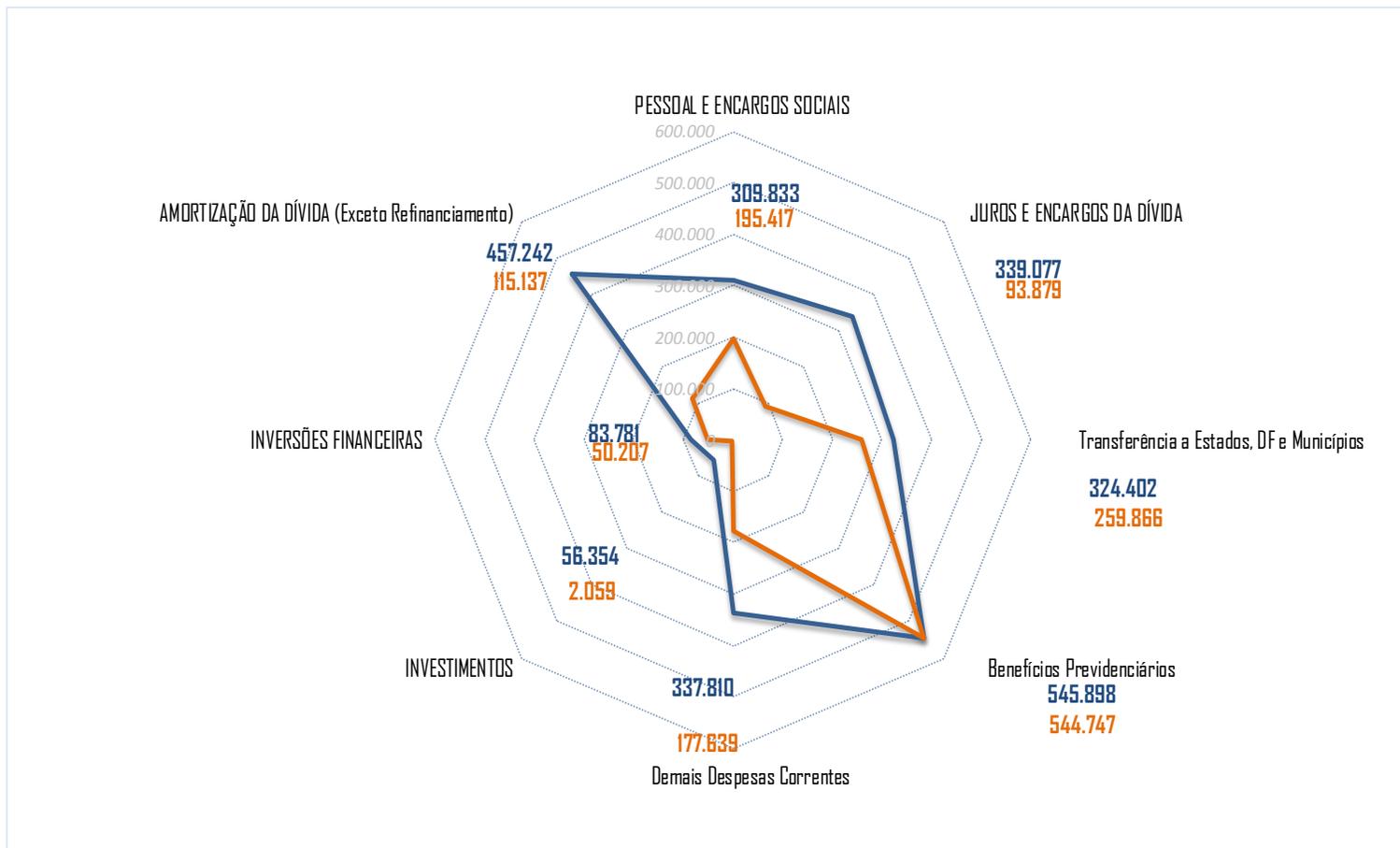
Pago

Valores já desembolsados pelo Governo Federal para pagamento dos fornecedores e de bens e serviços. É a fase que encerra a execução orçamentária da despesa.

- Dotação Atualizada
- Empenhado
- Pago

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 1 – Balanço Orçamentário

O gráfico abaixo demonstra, comparativamente, a distribuição das despesas autorizadas totais (dotação atualizada) e das despesas empenhadas, sem o refinanciamento, segundo a classificação por grupos de natureza de despesa.



Grupo de Natureza de Despesa

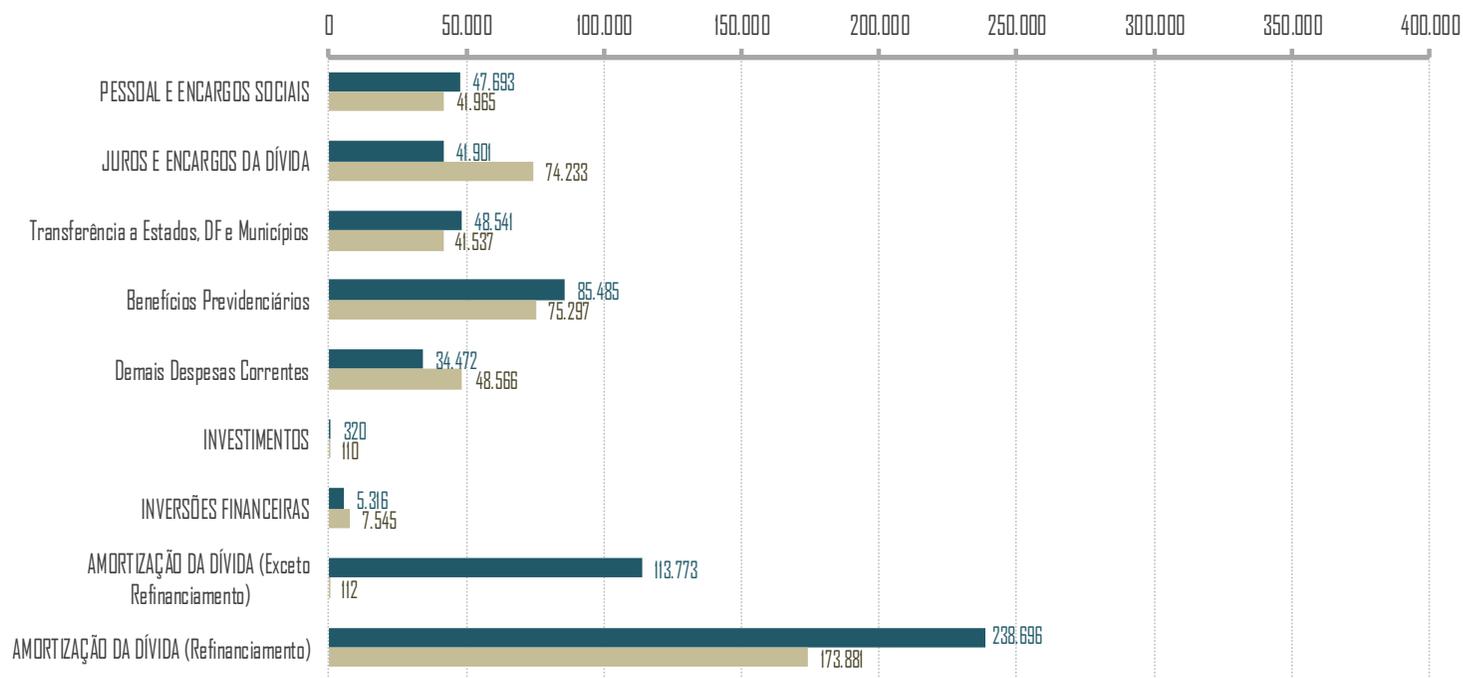
O grupo de natureza da despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto (MTO 2015).

— Dotação Atualizada

— Empenhado

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 1 – Balanço Orçamentário

O gráfico abaixo compara os valores liquidados em cada grupo de natureza de despesa, do período de referência do exercício atual com o período de referência do exercício anterior.



Despesas Liquidadas

A liquidação é a fase da execução da despesa entre o empenho e o pagamento. É a fase em que se reconhece o direito do fornecedor do bem ou serviço, surgindo a obrigação de pagar para a União. É a fase em que se apropria a despesa orçamentária ao longo do exercício financeiro.

Refinanciamento

Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.

■ Até o mês/2017

■ Até o mês/2016

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017 e de Fevereiro de 2016, Anexo 1 – Balanço Orçamentário

A Receita Corrente Líquida é um importante parâmetro fiscal, utilizado como base para cálculo de diversos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O gráfico abaixo ilustra a evolução da RCL, sempre calculada em relação aos últimos 12 meses. Os valores quadrimestrais utilizados nos respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, (RGF) encontram-se destacados abaixo.

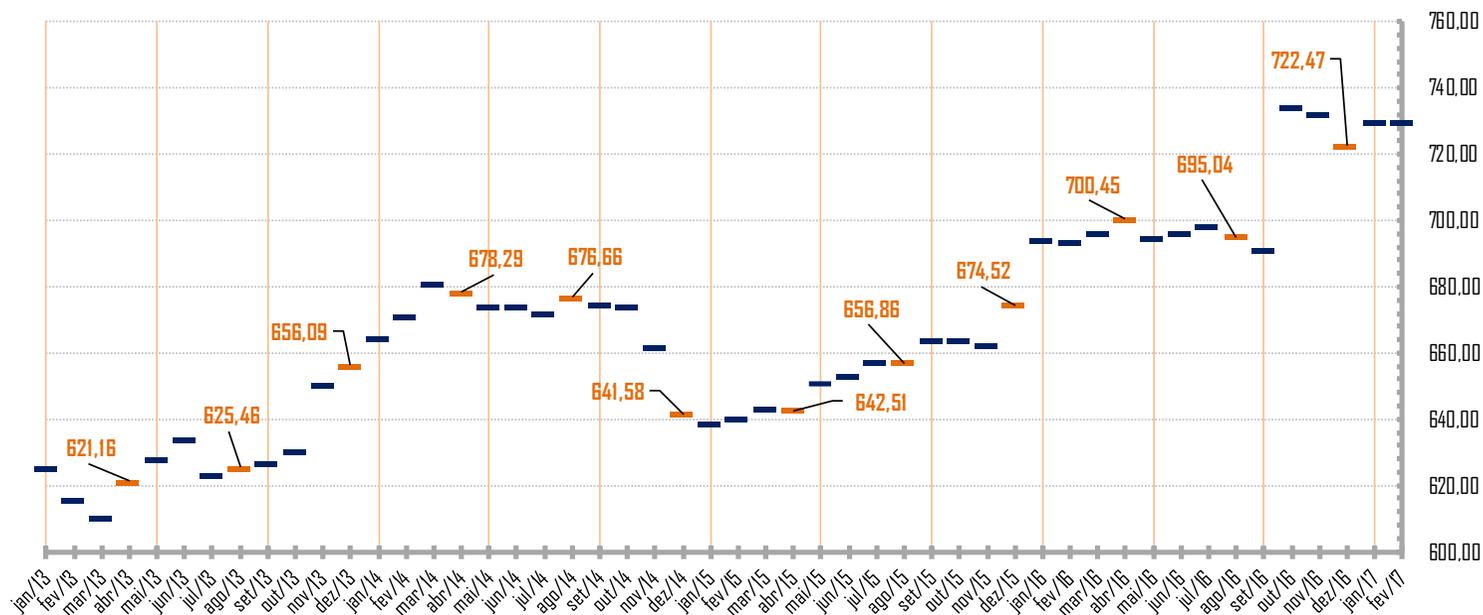
RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

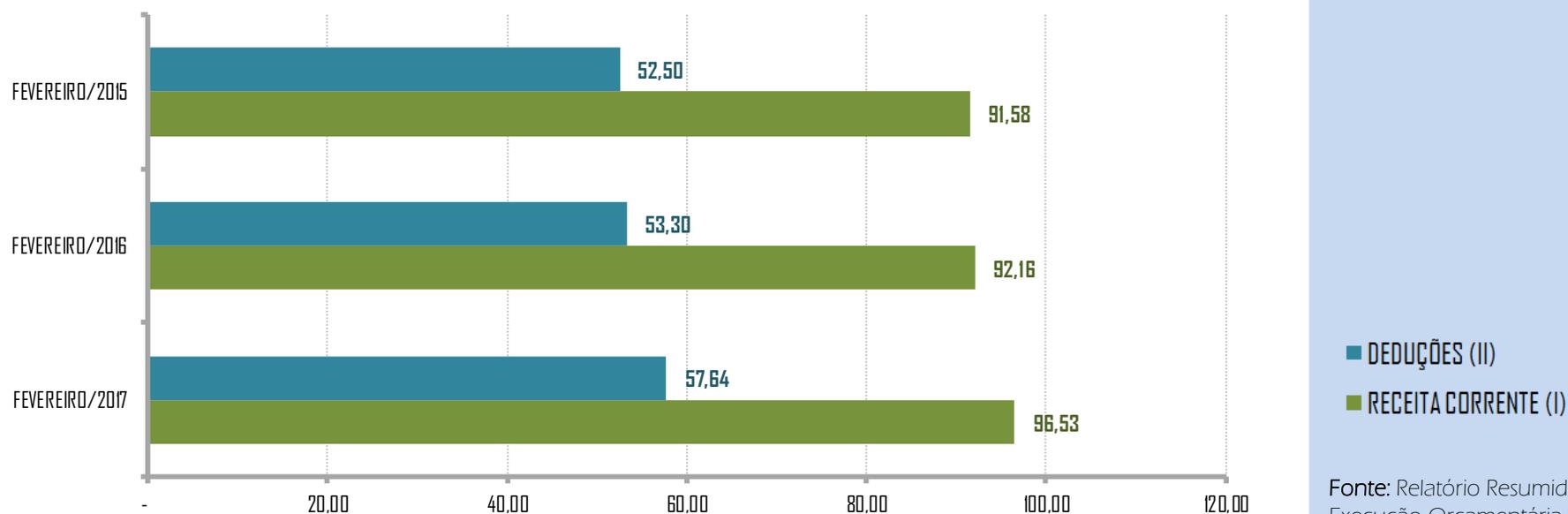
RGF

O Relatório de Gestão Fiscal é um dos instrumentos de transparência fiscal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida



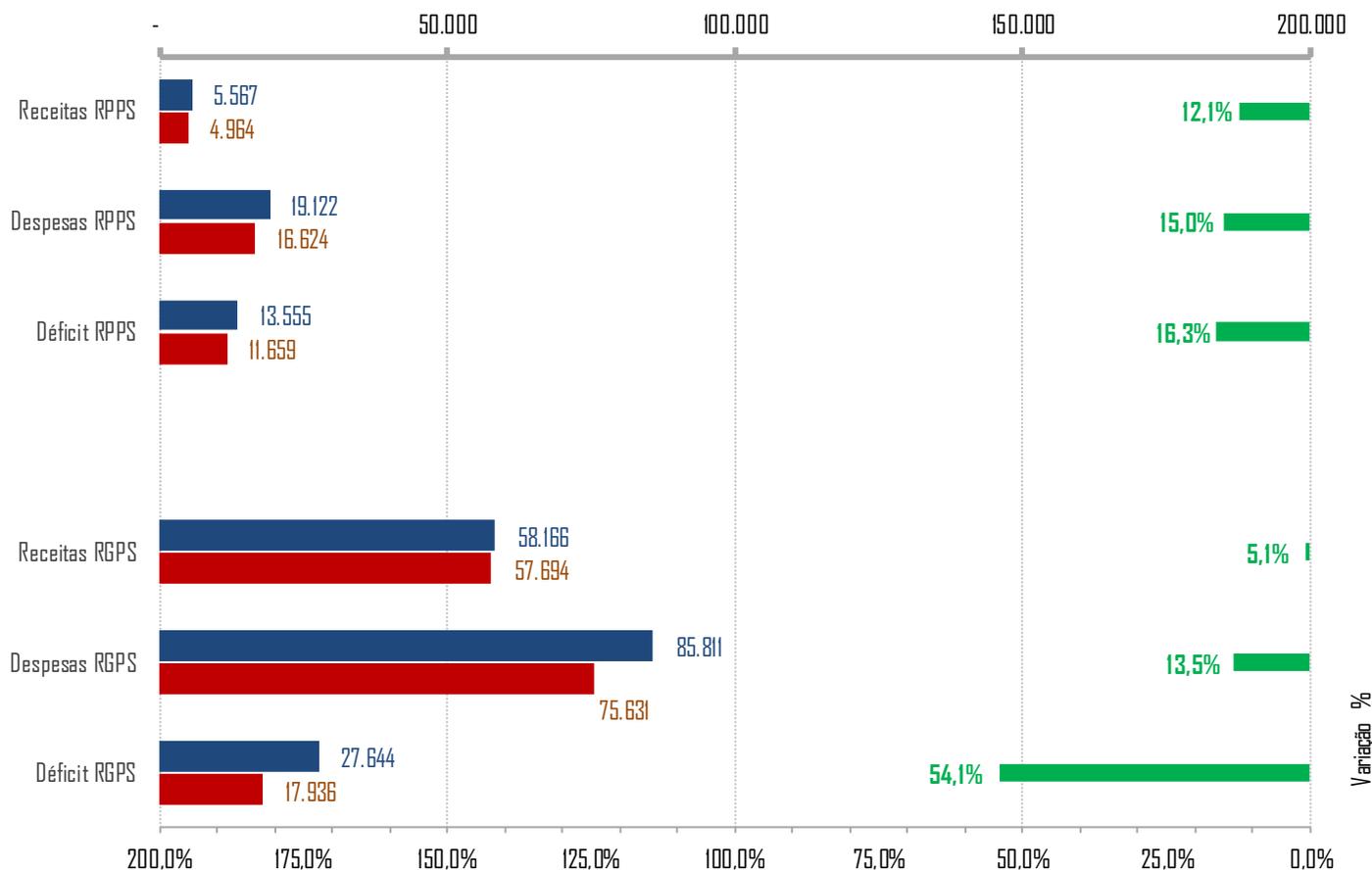
O gráfico abaixo evidencia os valores mensais da arrecadação da receita corrente e das deduções consideradas para o cálculo da Receita Corrente Líquida, para o mês de Fevereiro de 2017 em comparação ao mesmo mês nos exercícios de 2016 e 2015.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida

Resultados do Regime Geral e do Regime Próprio de Previdência (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



Regimes Previdenciários

Gestão do patrimônio coletivo dos segurados, sob a tutela do Estado, para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os trabalhadores deixarem de ser ativos.

RGPS

Suas receitas são controladas e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF.

Suas despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

RPPS

Suas receitas são controladas e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF.

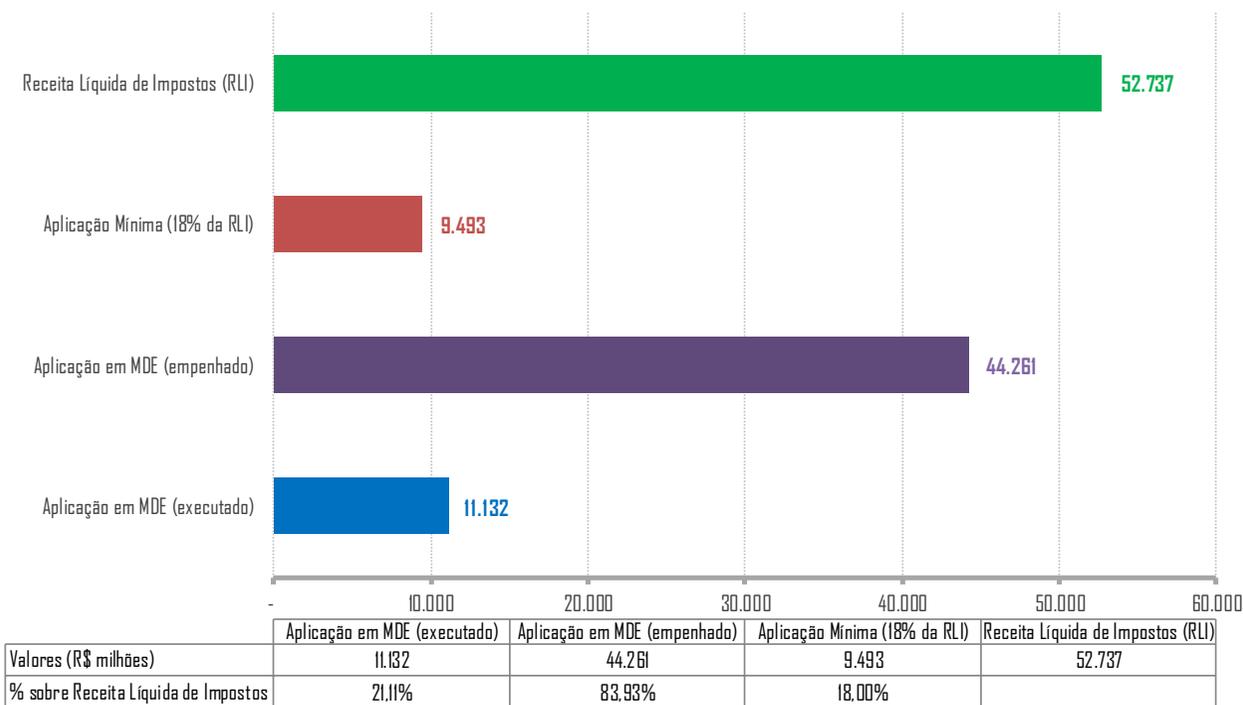
Suas despesas, pelos diversos órgãos que possuem inativos em seus quadros.

- 2017
- 2016
- % 2017/2016

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexos 4 – Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Limite Constitucional de Gasto Mínimo com Educação (R\$ milhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação a despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos acumulados até Fevereiro, os valores mínimos e as respectivas aplicações em MDE.



Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

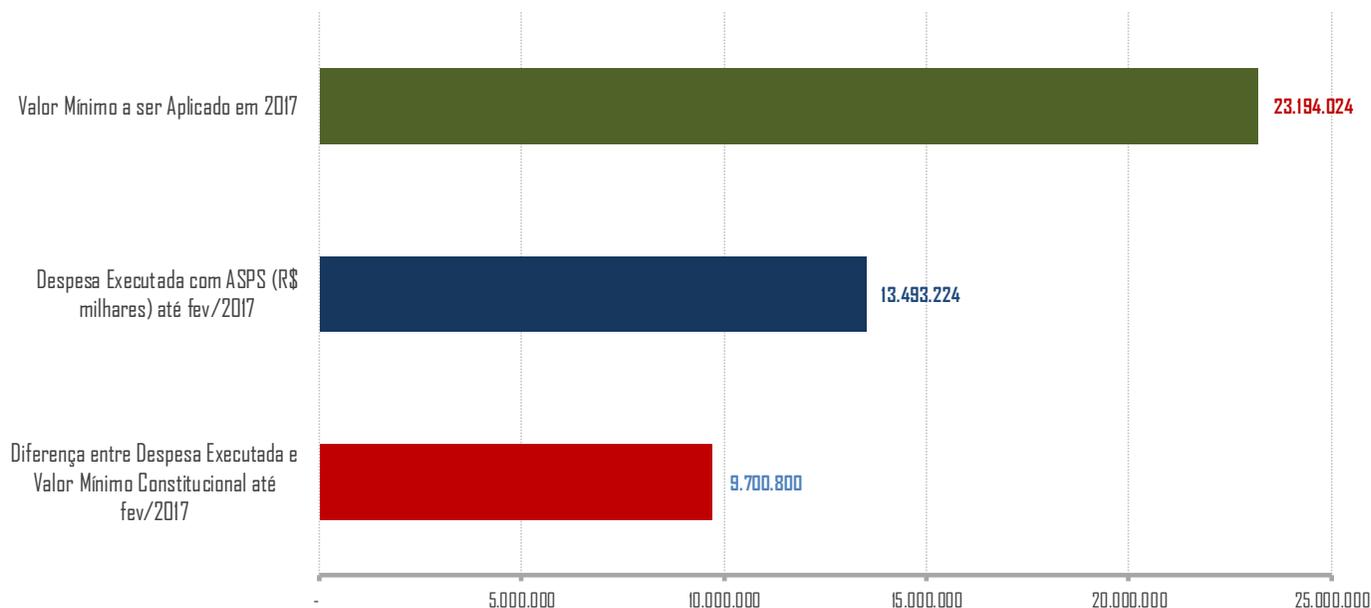
Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de, no mínimo, 15% da Receita Corrente Líquida do exercício financeiro atual.

	até fev/2017
Despesa Executada com ASPS (R\$ milhares)	13.493.224
Diferença entre Despesa Executada e Valor Mínimo Constitucional	9.700.800
Valor Mínimo a ser Aplicado em 2017	23.194.024



Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo será estabelecido por lei complementar, conforme art. 198, § 3º da Constituição Federal..

Lei Complementar nº 141/2012

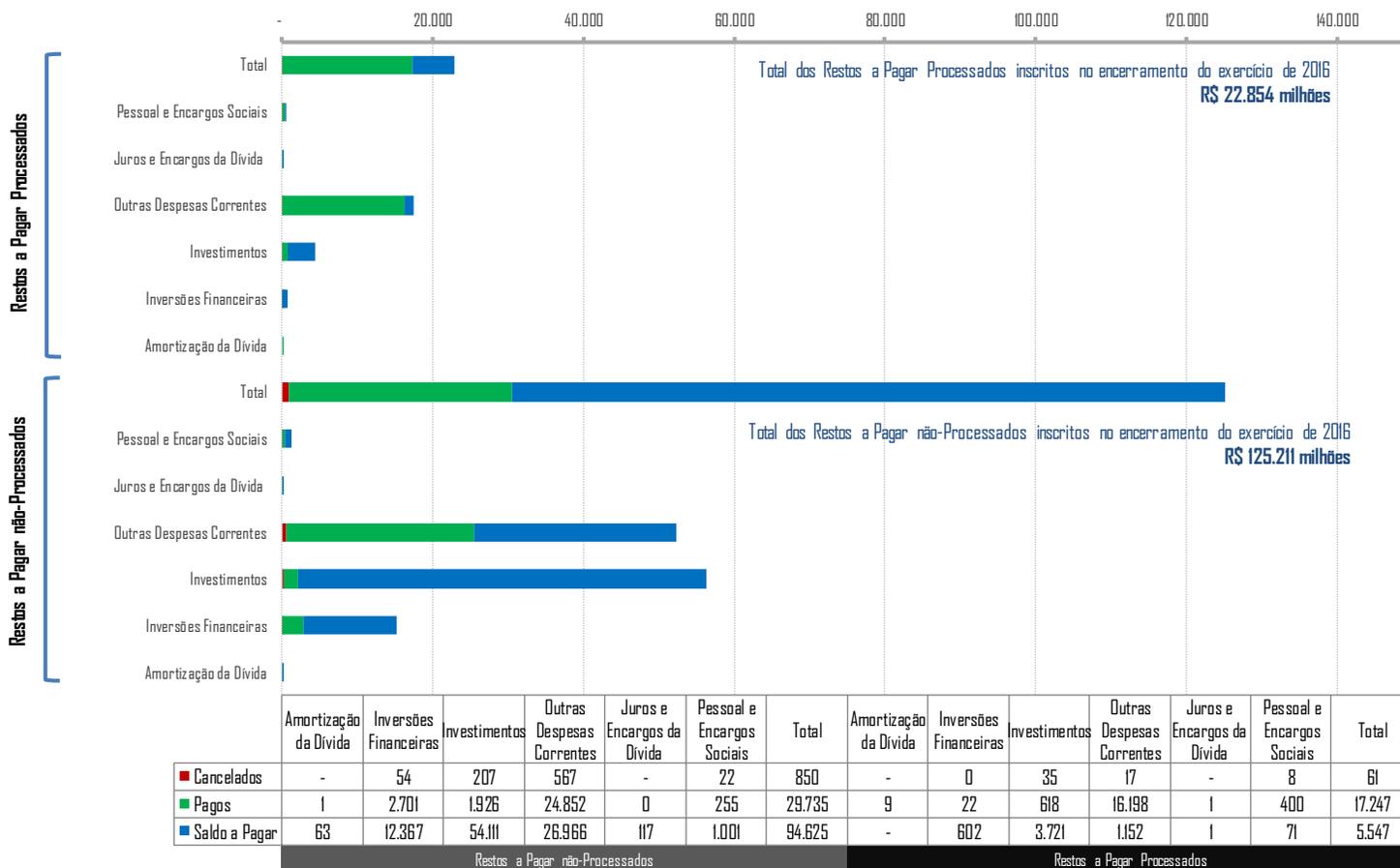
Regulamenta, o art. 198, § 3º da Constituição Federal..

Clique [aqui](#) para visualizar a lei.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde

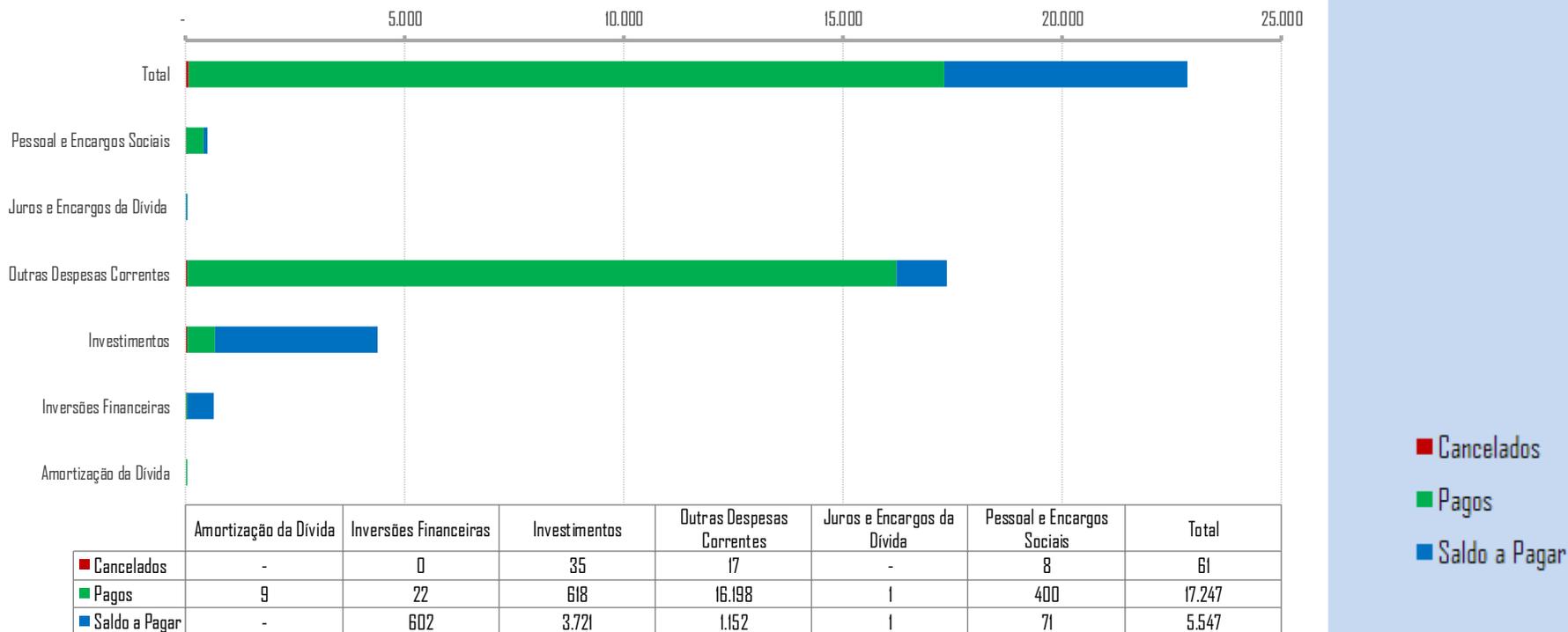
Execução de Restos a Pagar – Panorama Geral

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de Restos a Pagar por grupo de despesa, segregando-se os RP processados dos não-processados. Para maior clareza, os RP processados e os não-processados serão demonstrados em figuras distintas nas próximas páginas.



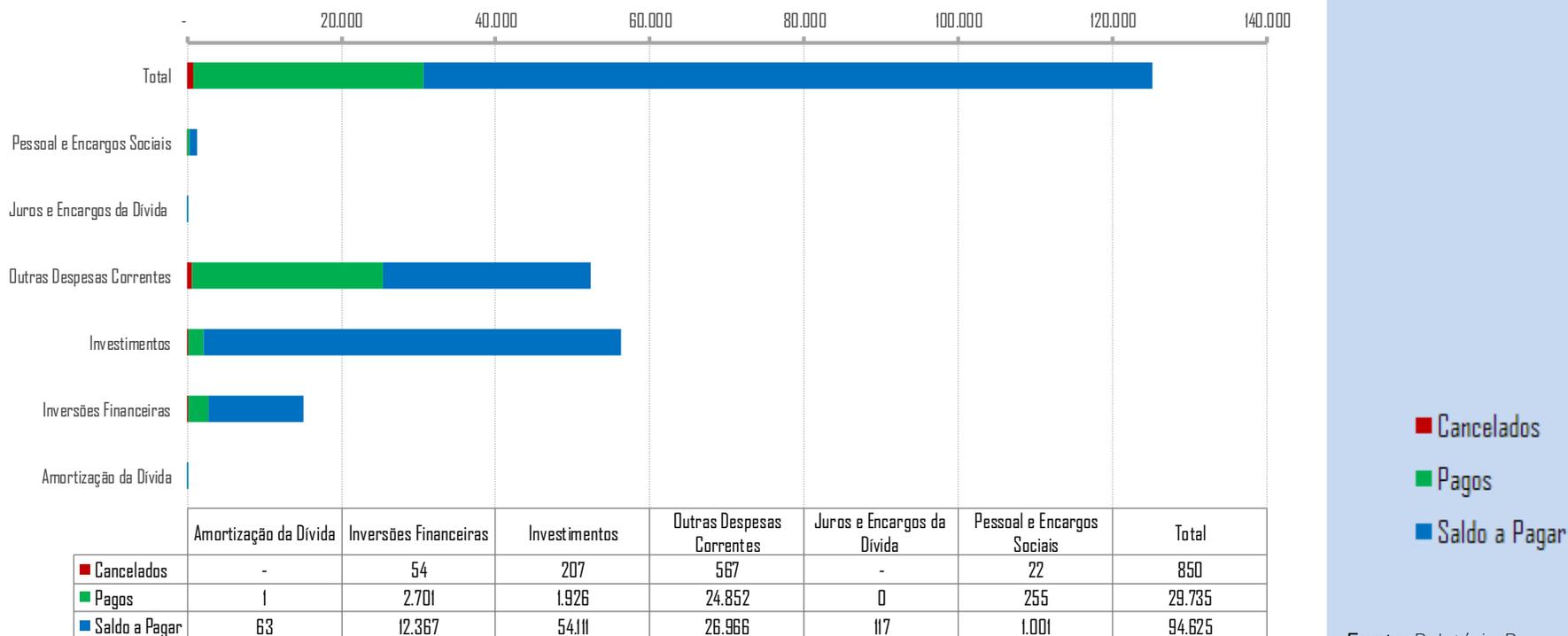
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 7 e Tabela 1.

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de Restos a Pagar Processados, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 7 e Tabela 1.

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de Restos a Pagar não-Processados, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2017, Anexo 7 e Tabela 1.